

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.993 - RS (2019/0142182-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : JORGE ALBERTO SPEROTTO
ADVOGADOS : JULIANO LOPES GARCIA - RS061820
JULIANA VANNI REALI E OUTRO(S) - RS076053
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIO SUCUMBENCIAIS. PEDIDO DE REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto, com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 1246):

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO EMPREGADOR RURAL
PESSOA FÍSICA, FUNRURAL. CONSTITUCIONALIDADE.
RETRATAÇÃO.

No apelo especial, a parte recorrente alega ofensa ao artigo 20 do CPC/73, afirmando que não houve condenação nos autos, na medida em que a ação foi julgada improcedente, não se mostrando possível a fixação dos honorários nos termos do §3º, do mencionado dispositivo legal. Pugna pela fixação dos honorários no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), em razão da singeleza da causa.

Contrarrazões às fls. 1273/1278.

É o relatório. Decido.

Evidencia-se que, ainda que o Tribunal de origem tenha fixado honorários advocatícios na decisão recorrida, não se manifestou especificamente sobre a alegação de que não houve condenação nos autos, na medida em que a ação foi julgada improcedente, não se mostrando possível a fixação dos honorários nos termos do §3º, do artigo 20 do CPC/73. Também não houve juízo de valor sobre eventual singeleza da causa, bem como sobre a existência de outras ações em que os honorários foram fixados no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Nesse contexto, o recurso não pode ser conhecido, pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que sequer foram opostos embargos de declaração para sanar eventual vício relativo à aplicação dos aludidos dispositivos legais.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º., 29 E 31 DA LEI 8.987/1995; 2º., § 1º. E 2º. DA LINDB E 7º. DO CDC. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 333, I DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ÔNUS DA PROVA QUE INCUMBE À CONCESSIONÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. As teses referentes aos arts. 1o., 29 e 31 da Lei 8.987/95; 2o., § 1o. e 2o. da LINDB e 7o. do CDC não foram debatidas pelo Tribunal de origem, tampouco foram suscitadas nos Embargos de Declaração opostos. Carecem, portanto de prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

2. O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório, reconheceu que as provas produzidas nos autos por meio do TOI não são idôneas a demonstrar a existência de irregularidade na unidade de consumo, não existindo afronta ao art. 333, I do CPC/1973 quando a prova da fraude deve ser produzida pela Agravante, como no caso. Também é firme o entendimento desta Corte Superior de que não é suficiente para a caracterização da suposta fraude a prova apurada unilateralmente pela concessionária.

3. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do STJ, não merece prosperar a irresignação, incidindo o comando inserto na Súmula 83/STJ, aplicável também aos recursos interpostos pela alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo Regimental da Concessionária a que se nega provimento (AgRg no AREsp 521.111/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/09/2018)

Ante ao exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator